

Curso/Disciplina: DIREITO CIVIL OBJETIVO

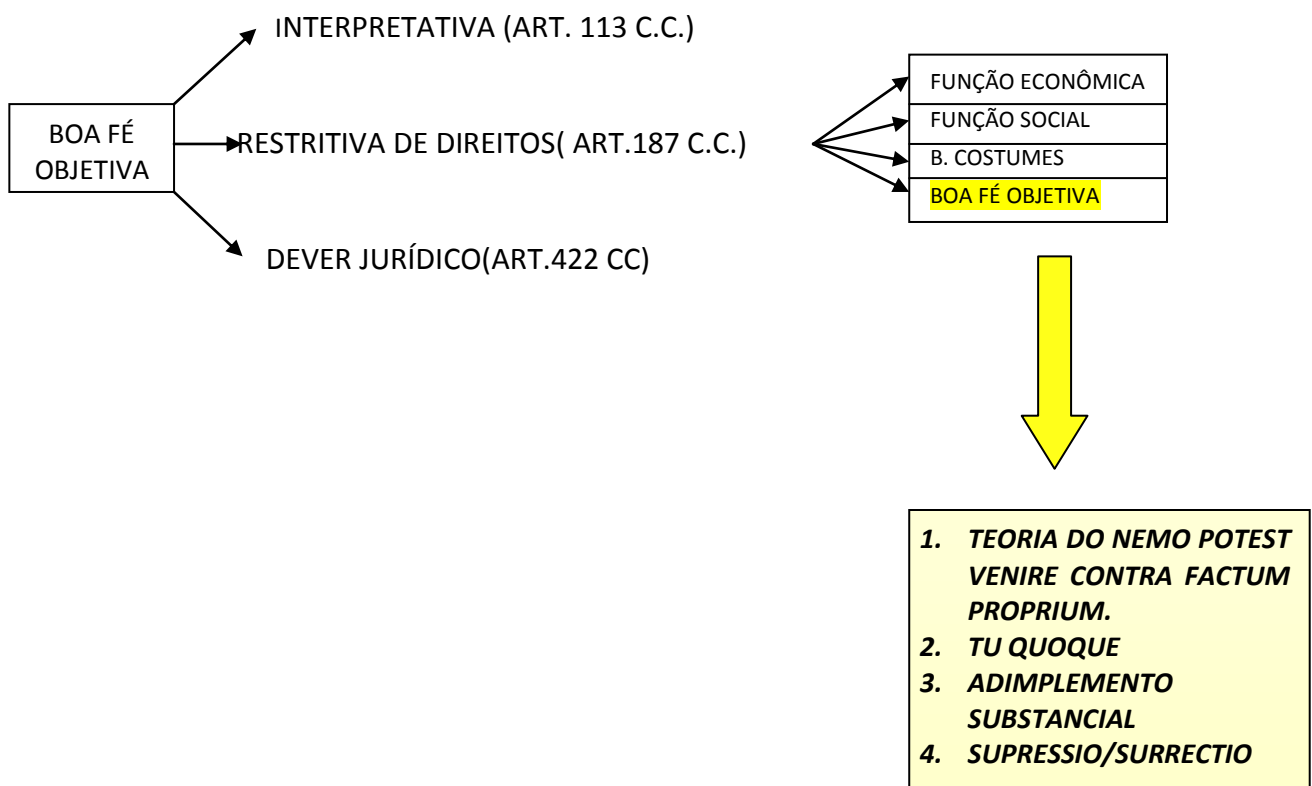
Aula: 63 - BOA - FÉ OBJETIVA: BOA-FÉ RESTRITIVA DE DIREITO; BOA-FÉ COMO DEVER JURÍDICO.

Professor(a): Rafael Mota

Monitor(a): Leonardo Lima

Aula nº. 63

BOA - FÉ OBJETIVA: BOA-FÉ RESTRITIVA DE DIREITO; BOA-FÉ COMO DEVER JURÍDICO.



A Boa Fé Objetiva será estudada a partir da Teoria do Adimplemento Substancial, teoria que baliza o Art. 475 do CC, permite a chamada Resolução Unilateral dos contratos.

Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.

Resolução significa extinção do contrato pelo Inadimplemento de uma das partes do contrato.

O adimplemento substancial busca evitar o exercício abusivo do direito de resolução unilateral, buscando a resolução unilateral do contrato, devido a ausência de proporcionalidade entre a prestação devida e a conduta do devedor.

Ex: Contratos de Seguros de Veículos - Ao contratar o Seguro do Carro, paga-se 10 parcelas sendo que a última seria a décima segunda. Ocorre que a 10 parcela não foi paga e o segurado encontra-se inadimplente, nesse *ínterim* o carro é roubado, faz BO e comprova-se o Sinistro junto a seguradora, porém devido ao inadimplemento, o contrato encontra-se rescindido, ocorre que o mesmo já havia pago 10 parcelas. Em Juízo haverá o pedido do restabelecimento do contrato devido a desproporcionalidade da conduta da seguradora.

Não há um percentual definitivamente pré estabelecido, o restabelecimento do contrato decorrerá de uma análise casuística.

SUPRESSIO: É a perda de um direito em razão de seu exercício tardio.

SURRECTIO: É o surgimento de um direito em razão de uma situação jurídica consolidada no tempo.

Sempre que acontece *Supressio* para um acontece a *Surrectio* para o outro.

Exemplo: Disputa judicial entre condôminos, nesses casos as situações perduram por décadas, o condomínio perdeu o direito e para o condômino surgiu o direito.

Supressio e Surrectio serão aplicados aos casos em que não há prazos prescricionais e decadenciais pré estabelecidos na Lei.

A Boa Fé do Art. 422 do C.C. impõe deveres jurídicos anexos a toda relação contratual cujo seu não cumprimento gera o inadimplemento do contrato. Além das cláusulas contratuais impressas também há deveres anexos aos contratos - jurisprudência e doutrina. Ex: Dever anexo de Lealdade; Probidade; Transparência; Informação, Segurança, Cooperação, etc...

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

O não cumprimento dos deveres anexos decorrentes do Art. 422 do CC, automaticamente há violação positiva do contrato - espécie de inadimplemento. Não é necessária a comprovação de culpa. Ex. Ao contratar uma agência de publicidade, constava nas cláusulas contratuais que lhe caberia divulgar através de três outdoors a empresa contratante. Ocorre que no contrato não houve estipulação do lugar onde deveria ser fixado cada um deles. A empresa fixou-os em rua sem saída e rua sem iluminação. Pergunta-se Ocorreu o adimplemento do contrato? Não pois a contratada descumpriu os deveres anexos ao contrato - violação positiva do contrato - se o objetivo é a divulgação/ propaganda, mesmo que não descrito o lugar onde deveriam ser colocados os outdoor, espera-se ao menos que não sejam colocados em via sem saída e sem iluminação, atendendo a legítima expectativa do contratante.